



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 13126.000152/2002-16  
**Recurso nº** 139.937 Voluntário  
**Matéria** AUTO DE INFRAÇÃO  
**Acórdão nº** 203-13.153  
**Sessão de** 06 de agosto de 2008  
**Recorrente** CARAMURU ALIMENTOS S/A  
**Recorrida** DRJ em Brasília-DF

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA  
SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Data do fato gerador: 31/03/1998

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA NÃO  
CONTESTADA. FIM DO LITÍGIO.**

Na parte em que o recurso voluntário não mais contesta a  
autuação, deixa de existir e o lançamento se torna definitivo.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. AUTO DE  
INFRAÇÃO CONTESTADO MEDIANTE COMPENSAÇÃO  
EFETUADA COM BASE EM AÇÃO JUDICIAL.  
NECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

O reconhecimento do direito à compensação deve ser seguido da  
regular apuração do *quantum* a repetir, sem a qual os débitos não  
podem ser compensados. Na situação em que o direito aos  
créditos é reconhecido na via judicial, é imprescindível a  
formalização de processo administrativo, independentemente de a  
compensação se dar com tributos da mesma espécie ou não, pelo  
que, inexistindo o referido processo, mantém-se o lançamento  
contestado mediante alegação de compensação cujo direito foi  
reconhecido judicialmente.

**COFINS. AUTO DE INFRAÇÃO ELETRÔNICO. FATO  
GERADOR 03/1998. VALOR DECLARADO EM DCTF COM  
COMPENSAÇÃO. SALDO A PAGAR REDUZIDO.  
CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO CARACTERIZADA.  
NECESSIDADE DE LANÇAMENTO. LEI Nº 11.051/2004,  
ART. 25. EXONERAÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO.**

No período em que a DCTF considera confissão de dívida apenas  
os saldos a pagar, os valores declarados como compensados  
devem ser lançados, sendo as multas de ofício respectivas  
exoneradas em virtude da aplicação retroativa do art. 25 da Lei nº  
11.051/2004, que alterou a redação do art. 18 da Lei nº

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 01, 10, 08

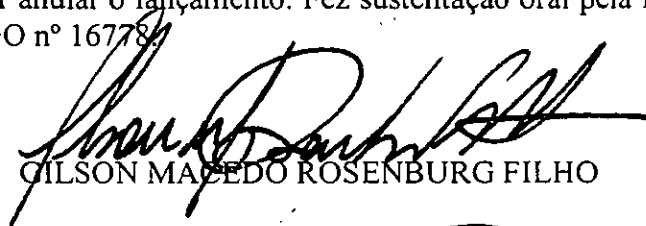
Marilda Cursino da Oliveira  
Mat. Siapa 91050

10.833/2003 de modo a determinar o lançamento da multa isolada apenas nas hipóteses de sonegação, fraude e conluio.

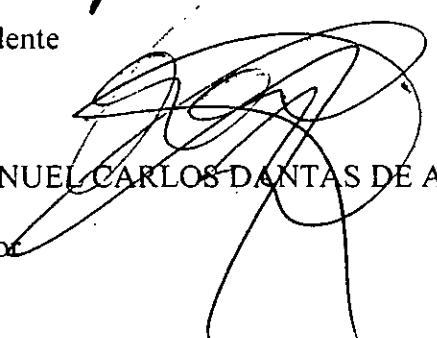
Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Eric Moraes de Castro e Silva, que votou por anular o lançamento. Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Edson Ferreira Rosa OAB-GO nº 16778.

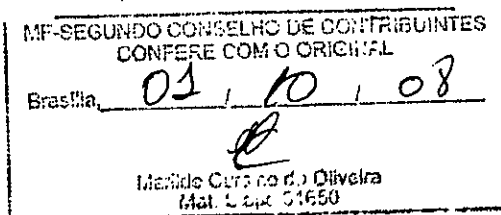
  
GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

  
EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Eric Moraes de Castro e Silva, Odassi Guerzoni Filho, Jean Cleuter Simões Mendonça, Luís Guilherme Queiroz Vivacqua (Suplente), José Adão Vitorino de Moraes e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.



MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 02/10/08  
Mário Cursino da Oliveira  
Mat. Selo 01650

## Relatório

Trata o processo do Auto de Infração eletrônico de fls. 02/11, relativo à Cofins, período de apuração de 03/1998, no valor de R\$ 777.710,31, incluindo juros de mora e multa no percentual de 75%.

A autuação decorreu de auditoria eletrônica em DCTF, sendo apuradas duas infrações: compensação sem Darf no valor de R\$ 290.000,00, cujo número do processo informado pelo contribuinte (91.6769-5/II) não se comprovou, e pagamento no valor de R\$16.438,52 não localizado.

A contribuinte apresentou a impugnação de fl. 01, alegando, em síntese, que o valor de R\$ 290.000,00 foi objeto de compensação no Mandado de Segurança nº 91.6769-5/II, relativo a indébito do Finsocial e no qual foi deferida liminar em 31/10/1991 (anexa a cópia de fls. 16/17), e que recolheu o restante.

Intimada a comprovar a compensação informada em DCTF, a contribuinte afirma ter protocolizado em 03/04/98 o Pedido de Compensação nº 10120.000811/98-67.

Após realização de diligência, que resultou nas informações de fls. 112/113 - segundo as quais no Processo nº 10120.000811/98-67 não consta qualquer pedido de compensação -, a 4ª Turma julgou o lançamento procedente, por ausência de provas das alegações contidas na impugnação (Acórdão de fls. 114/116, com data de 06/07/2006).

O Recurso Voluntário, tempestivo, insiste na compensação, que teria sido efetuada por meio do Processo nº 10120.000811/98-67. Em vez de citar esse processo administrativo na DCTF, a recorrente teria mencionado erroneamente o processo judicial.

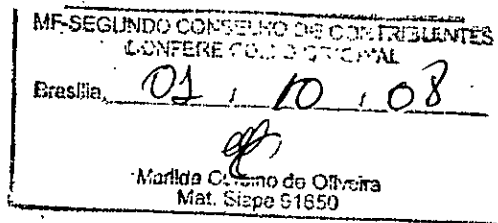
Após informar que o Processo nº 10120.000811/98-67 foi julgado em definitivo pela CSRF - que rejeitou recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconheceu a inoccorrência de decadência, mantendo julgamento da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes -, a recorrente defende a compensação considerando irrelevante a circunstância de não ter relacionado, naquele processo, o débito a ser compensado.

Afirma que registrou a compensação em sua contabilidade e que, ao deixar em branco o campo 4 do formulário de compensação, apenas reafirmou sua intenção de compensar os créditos do Finsocial com débitos subsequentes, com amparo no art. 14 da IN SRF nº 21/97.

Também argúi a improcedência da multa de ofício, haja vista a confissão espontânea do débito em DCTF.

Ao final requer a execução do Acórdão CSRF/03-04.268, prolatado no Processo nº 10120.000811/98-67, e a homologação da compensação alegada. Em caso contrário, requer seja cancelada a multa de ofício.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS, Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos do Processo Administrativo Fiscal, pelo que dele conheço.

Inicialmente observo que a recorrente não mais contesta a autuação, na parte relativa à não comprovação de pagamento. Daí a extinção parcial do litígio, que remanesce apenas em relação ao valor de R\$ 290.000,00, relacionado à compensação reputada indevida pela Fiscalização e defendida pela recorrente.

Conforme o resultado da diligência, o Processo nº 10120.000811/98-67, que trata da repetição do indébito do Finsocial, não contempla qualquer pedido de compensação. A recorrente, ao pretender aproveitar o valor dessa repetição para reduzir parte deste Auto de Infração, despreza a necessidade de processo administrativo específico de compensação, anterior ao lançamento. Daí não cabe reduzir o lançamento no valor do principal, embora sobre o valor de R\$ 290.000,00 caiba a exclusão da multa de ofício, por estar o tributo informado em DCTF.

Na situação dos autos, de direito ao crédito reconhecido em processo judicial, a exigência de processo administrativo próprio é antiga. Sem a sua formalização a administração tributária não tem como apurar o *quantum* a repetir e proceder (ou não) à homologação da compensação realizada pela contribuinte.

No sentido da exigência de processo administrativo na situação do direito à repetição reconhecido judicialmente, bem como do trânsito em julgado, já dispunham os arts. 12, § 7º, 14, § 6º, e 17, da Instrução Normativa SRF nº 21, de 10/03/97. Posteriormente, na IN SRF nº 210, de 30/09/2002, foi esclarecido que, na hipótese de título judicial em fase de execução, o requerente deverá comprovar a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, e que não poderão ser objeto de restituição ou de ressarcimento os créditos relativos a títulos judiciais já executados perante o Poder Judiciário, com ou sem emissão de precatório (art. 37, §§ 2º e 3º).

Neste ponto cabe observar que a restituição e compensação dos indébitos tributários possui rito próprio, necessário para que a Secretaria da Receita Federal possa comprovar a certeza e liquidez dos valores a repetir.

Como na situação dos autos não foi formalizado o processo administrativo relativo à compensação pleiteada, mantém-se o lançamento inclusive na parte contestada nesta via recursal, cujo valor principal (R\$ 290.000,00) deve ser acompanhado dos juros e da multa de mora respectivos. Quanto à multa de ofício sobre essa importância, deve ser cancelada. É disto que trato doravante.

À época do lançamento vigia o art. 90 da MP nº 2.158-35, de 24/08/2001, com a seguinte redação:

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 01/10/08  
Marta C. C. Oliveira  
Mat. 81001-1630

*"Art. 90. Serão objeto de lançamento de ofício as diferenças apuradas, em declaração prestada pelo sujeito passivo, decorrentes de pagamento, parcelamento, compensação ou suspensão de exigibilidade, indevidos ou não comprovados, relativamente aos tributos e às contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal."*

A contribuinte informou em sua DCTF a compensação indevida, de forma a reduzir o saldo a pagar. Assim procedendo apresentou declaração inexata acerca do tributo devido, infração cuja cominação é exatamente a multa de ofício, como aplicada.

Contudo, o art. 18 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003 (conversão da MP nº 135, de 30/10/2003, publicada em 31/10/2003), com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 11.051, de 29/12/2004, publicada em 30/12/2004, estabeleceu que na hipótese de diferenças apuradas em declaração prestada pelo sujeito passivo, decorrentes de pagamento, parcelamento, compensação ou suspensão de exigibilidade, indevidos ou não comprovados, só se aplica a multa isolada de 150%, própria das hipóteses de sonegação, fraude e conluio previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502/64.

Observem-se as redações do art. 18 da Lei nº 10.833/2003,<sup>1</sup> primeiro a original (tracejada), em seguida a modificada pelo art. 25 da Lei nº 11.051/2004:

~~"Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada sobre as diferenças apuradas decorrentes de compensação indevida e aplicar-se-á unicamente nas hipóteses de o crédito ou o débito não ser passível de compensação por expressa disposição legal, de o crédito ser de natureza não tributária, ou em que ficar caracterizada a prática das infrações previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964."~~

*Art. 18. O lançamento de ofício de que trata o art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, limitar-se-á à imposição de multa isolada em razão da não-homologação de compensação declarada pelo sujeito passivo nas hipóteses em que ficar caracterizada a prática das infrações previstas nos arts. 71 a 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964. (Redação dada pela Lei nº 11.051, DOU DE 30/12/2004)*

*§ 1º Nas hipóteses de que trata o caput, aplica-se ao débito indevidamente compensado o disposto nos §§ 6º a 11 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.*

<sup>1</sup> Não é levada em conta neste processo nova alteração na redação do art. 18 da Lei nº 10.833/2003, desta feita estabelecida pelo art. 117 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e que só possui efeitos a partir de 14/10/2005, conforme o art. 132, II, "d" desta última. Segundo essa nova redação a multa de ofício, no percentual básico ou qualificado, também se aplica nas hipóteses previstas no inciso II do § 12 do art. 74 da Lei nº 9.430/96, ou seja, nas seguintes hipóteses em que a compensação é considerada não declarada: a) crédito de terceiros; b) crédito referente ao crédito-prêmio instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 491, de 5 de março de 1969; c) crédito referente a título público; d) crédito decorrente de decisão judicial não transitada em julgado; e) crédito não referente a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF.

*§ 2º A multa isolada a que se refere o caput é a prevista nos incisos I e II ou no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, conforme o caso.*

*§ 2º A multa isolada a que se refere o caput deste artigo será aplicada no percentual previsto no inciso II do caput ou no § 2º do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, conforme o caso, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado. (Redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004)."*

Como no caso em tela não se verifica nenhuma das hipóteses que ensejam a aplicação da penalidade prevista no art. 18 da Lei nº 10.833/2003, com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 11.051/2004, cabe invocar o art. 106, inciso II do CTN, que prevê a retroatividade da lei a ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

A confirmar a aplicação da retroatividade benigna, o entendimento manifestado pela Coordenação-Geral do Sistema de Tributação - Cosit, por meio da Solução de Consulta Interna nº 3, de 8 de janeiro de 2004 (que se refere apenas ao *caput* do art. 18 da Lei nº 10.833, de 2003, por haver sido expedida antes das modificações introduzidas pela Lei nº 11.051, de 2004):

*"EMENTA: (...)*

*No julgamento dos processos pendentes, cujo crédito tributário tenha sido constituído com base no art. 90 da MP nº 2.158-35, as multas de ofício exigidas juntamente com as diferenças lançadas devem ser exoneradas pela aplicação retroativa do caput do art. 18 da Lei nº 10.833, de 2003, desde que essas penalidades não tenham sido fundamentadas nas hipóteses versadas no 'caput' desse artigo."*

A confirmar a necessidade (e manutenção) do lançamento, a circunstância de que os valores dos débitos informados em DCTF, quando compensados e com saldos a pagar reduzidos, no período autuado não restavam confessados. À vista do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124/84 e da legislação infralegal da época, somente os saldos a pagar informados em DCTF constituíam-se em confissão de dívida, sendo passíveis de cobrança administrativa ou de inscrição na Dívida Ativa da União, esta seguida da execução fiscal, se o débito não for pago em tempo hábil.

Seja na cobrança administrativa, seja na judicial, o valor confessado deve ser acompanhado da multa de mora respectiva, independentemente de lançamento de ofício. Por isto é que, apesar de cancelada a multa de ofício no lançamento em tela, a multa de mora continua sendo devida.

Os demais valores consignados em DCTF, afora os de saldos a pagar, não se constituíam em confissão de dívida.

Observe-se a redação do art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124/84:

*"Art 5º O Ministro da Fazenda poderá eliminar ou instituir obrigações acessórias relativas a tributos federais administrados pela Secretaria da Receita Federal."*

RECUNDO CONTRIBUINTE DE CONTRIBUINTE  
COPIA DO ORIGINAL  
Data: 01.10.08  
Márcio Gomes da Silva  
F. 150

§ 1º O documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória, comunicando a existência de crédito tributário, constituirá confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do referido crédito.

§ 2º Não pago no prazo estabelecido pela legislação o crédito, corrigido monetariamente e acrescido da multa de vinte por cento e dos juros de mora devidos, poderá ser imediatamente inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança executiva, observado o disposto no § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983."

Pelo citado artigo não se conclui que qualquer comunicação acerca da existência de crédito tributário permite a cobrança direta do valor informado, sem o regular lançamento. Há de se analisar cada obrigação acessória, nos termos em que instituída e em cada período de apuração, para se saber se os valores do crédito tributário nela declarados estão sendo confessados ou não. Se confessados, é permitida a cobrança sem o lançamento; do contrário, carece do ato privativo da autoridade administrativa, nos termos do art. 142 do CTN.

Neste sentido é que Leandro Paulsen informa o seguinte:

*"Confissão de dívida. DCTF. GFIP. Efeito de Lançamento. Em sendo confessada a dívida pelo próprio contribuinte, seja mediante o cumprimento da obrigação tributária acessória de apresentação da declaração de débitos e créditos tributários federais, da guia de informações à Previdência ou outro documento em que conste a confissão, torna-se desnecessária a atividade do fisco de verificar a ocorrência do fato gerador, apontar a matéria tributável, calcular o tributo e indicar o sujeito passivo, notificando-o de sua obrigação, pois tal já foi feito por ele próprio que, portanto, tem conhecimento inequívoco do que lhe cabia recolher." (PAULSEN, Leandro. Direito Tributário - Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 705/706, sublinhado ausente no original).*

A dispensa do lançamento tributário, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, encontra amparo no instituto da confissão, tratada nos arts. 348, 353, 354 e 585, II, do Código de Processo Civil. Segundo esses dispositivos há confissão quando uma parte (sujeito passivo da obrigação tributária principal) admite a verdade de um fato (ser devedora do tributo confessado), contrário ao seu interesse e favorável à outra parte (Fisco), o que pode ser feito de forma judicial ou extrajudicial. A confissão extrajudicial feita por escrito à parte contrária, como se dá mediante a DCTF, ou se deu por meio da DIPJ até o ano-calendário 1998, tem o mesmo efeito da judicial. Assim, em sede tributária a confissão de dívida serve como título executivo extrajudicial que admite provas contrárias, especialmente a de não ocorrência do fato gerador ou a de extinção do crédito tributário confessado.

No período lançado somente os saldos a pagar é que podiam ser inscritos em dívida ativa e executados judicialmente. Somente com a IN SRF nº 482, de 21/12/2004, é que se passou a considerar confissão de dívida não somente os saldos a pagar, mas também "os valores das diferenças apuradas em procedimentos de autoria interna, relativos a informações indevidas ou não comprovadas prestadas na DCTF, sobre pagamento, parcelamento, compensação ou

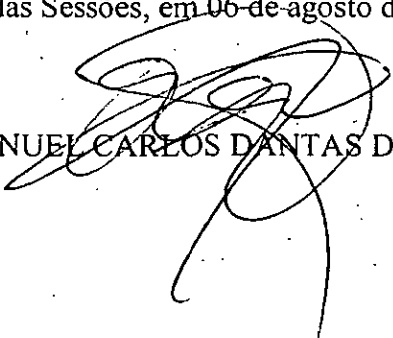
*suspensão de exigibilidade*” (art. 9º, § 1º, da referida IN), ou seja, o valor total do débito informado. Antes a IN SRF nº 14, de 14/02/2000, determinara que na hipótese de indeferimento de pedido de compensação, efetuado segundo o disposto nos arts. 12 e 15 da Instrução Normativa SRF nºs 21, de 10 de março de 1997, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 73, de 15 de setembro de 1997, os débitos decorrentes da compensação indevida na DCTF serão comunicados à Procuradoria da Fazenda Nacional para fins de inscrição como Dívida Ativa da União, **trinta dias após a ciência da decisão definitiva na esfera administrativa que manteve o indeferimento.**

Antes da IN SRF nº 482/2004, além da IN SRF nº 14/2000, também o art. 17 da MP nº 135, de 30/10/2003 (publicada em 31/10/2003), estabeleceu que “*A declaração de compensação constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos débitos indevidamente compensados.*” (redação do § 6º do art. 74 da Lei nº 9.430/96, introduzido pela mencionada MP).

Como nenhum dos atos legais que tratam de confissão de dívida se aplica à situação em tela, é correto afirmar que os valores lançados não estavam confessados. Daí a necessidade de manutenção do lançamento, inclusive no valor principal de R\$ 290.000 (a outra parte não foi mais contestada neste Recurso Voluntário, como já informado).

Pelo exposto, dou provimento parcial ao recurso para excluir a multa de ofício sobre o valor de R\$ 290.000,00, que deve ser cobrado com aplicação de juros e multa de mora. Quanto à outra parte do Auto de Infração, é mantida inclusive com a multa de ofício, porque não contestada nesta via recursal.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2008.

  
EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS 

